



As Ideias de Prova nos Manuais de Introdução à História dos Ditos Positivistas (1887-1996)

Itamar Freitas de Oliveira¹

Resumo: Este artigo examina as ideias de prova nos manuais de história produzidos entre 1897 e 1926, por Gustav Droysen, Ernest Bernheim, Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos e Wilhelm Bauer. Seu objetivo é mensurar os graus de simetria entre as referidas noções e as assertivas de Carlo Ginzburg a respeito do sentido e do lugar da prova – tomada pelo italiano por elemento seminal da Retórica de Aristóteles – como traço diferenciador da ciência da história e instrumento de ataque à meta-história de Hayden White. Partindo da análise dos conceitos e da comparação da estrutura dos manuais, chega-se às seguintes conclusões: os sentidos de prova e os espaços reservados às regras de persuasão apresentam-se de maneira muito diferenciada entre os manuais; o exagero do italiano depõe sobre a precariedade do nosso conhecimento acerca da história do(s) método(s) histórico(s), ao longo dos últimos duzentos anos.

Palavras-Chave: Prova. Retórica. Método Crítico.

The Ideas of Evidence in Positivists Manuals of Introduction to History (1887-1996)

Abstract: This article examines the ideas of evidence in history books produced between 1897 and 1926 by Gustav Droysen, Ernest Bernheim, Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos and Wilhelm Bauer. The proposal is to measure the degree of symmetry between the notions and assertions from Carlos Ginzburg about the meaning and the place of proof – taken by the Italian to seminal element from Aristotle’s Rhetoric – as a differentiating feature of science of history and instrument of criticism to the meta-story of Hayden White. Based on the analysis of the concepts and comparing the structure of manuals, we conclude that: the meanings of proof and the placeholders of persuasion rules are presented differently in the manuals; the Italian overstatement testifies about the precariousness of our knowledge of historical method(s) history over the past two hundred years.

Keywords: Evidence. Rhetoric. Critical Method.

Introdução

Este artigo parte de uma problemática enfatizada por Carlo Ginzburg na década de 1990, amplamente discutida (ainda hoje) nos cursos de formação em história no Brasil, após a publicação do seu livro *Relações de Força: História, Retórica Prova* (2002). Como foi

¹ Pós-Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS).



possível remover, tão radicalmente, a tese central de Aristóteles – a prova como núcleo racional da retórica – e “dar por certa a ideia, profundamente ingênua, de que a noção de prova é uma ilusão positivista?”² (GINZBURG, 2002, p. 74). No fragmento a seguir fica mais clara a colocação do problema:

Nos últimos 25 anos³, a noção de prova tem sido considerada como um traço característico (quase o símbolo) da historiografia positivista. À prova se contrapôs a retórica e a insistência sobre a dimensão retórica da historiografia (levada até a identificação de ambas) tornou-se a arma principal na polêmica contra o tenaz positivismo dos historiadores. A *viragem linguística* da qual, com frequência, se falou, deveria ser definida, com mais exatidão, como *viragem retórica* (GINZBURG, 2002, p. 68, grifos originais).

Esclarecida a questão de Ginzburg, informamos que a nossa meta, neste texto, não é, diretamente, confirmar ou negar as respostas oferecidas pelo historiador italiano, sobretudo no artigo “Lorenzo Valla e a Doação de Constantino”, quais sejam: 1) a Retórica aristotélica foi mutilada por Cícero e, ainda; 2) os narrativistas pós-modernos leram mal a obra de Aristóteles (GINZBURG, 2002, p. 64-79). A ideia aqui é dialogar com Ginzburg e ampliar a referida questão, chamando a atenção dos leitores para a necessidade de apropriação um pouco mais crítica dos textos que fazem a defesa de uma espécie de “espaço vital” para a história – que é o chamado “método crítico”.

Assim, anunciada a ideia motivadora, afirmamos que o nosso objetivo é identificar os sentidos de “prova” disseminados nos manuais que difundiram o método crítico (assumido como núcleo da racionalidade da história-conhecimento/disciplina/ciência, no século XX). Em seguida, tomando como noção instrumental de prova aquela reivindicada por Ginzburg, na Retórica de Aristóteles, pretendemos mensurar até que ponto as assertivas do italiano encontram abonamento em quatro dos mais conhecidos manuais de formação de historiador no Ocidente, produzidos pelos alemães Johann Gustav Droysen (1808-1884), Ernest Bernheim (1850-1942), pelos franceses Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942) e pelo austríaco Wilhelm Bauer (1877-?).

Em síntese, neste artigo, questionamos: se os fundadores do “*linguistic turn*” supostamente teriam lido mal os manuais sobre retórica, não seria também provável afirmar que o moderno historiador italiano, da mesma forma, tenha lido mal os manuais sobre o

² Agradeço a leitura atenta do Prof. Otávio Guimarães (Departamento de História da UnB), quem mais nos estimulou a explorar essa questão.

³ Ginzburg escreve entre 1993 e 2000 e a edição brasileira é de 2002.



método histórico para “provar” o equívoco dos narrativistas pós-modernos? A nossa hipótese é a de que tanto Hayden White quanto Ginzburg exageram em suas assertivas ao tomarem como dadas as duas supostas e respectivas posições, isto é, de que os “positivistas” não concederam lugar privilegiado à retórica e de que Aristóteles não elegeu a “prova” – no sentido “positivista” do senso comum historiador contemporâneo – como elemento principal da retórica.

Para levar a cabo nosso empreendimento, empregaremos como fontes principais, além dos textos clássicos que tocam mais diretamente na questão⁴, os manuais codificadores e difusores do método crítico: *Grudriss Der Historik* (1881), de Droysen, *Introductin aux études historiques*⁵ (1898), de Langlois e Seignobos, *Einleitung in die Geschichtswissenschaft*, (1926), publicado como *Introdução ao estudo da história* (1937), de Bernheim, e *Einführung in das Studium der Geschichte*, (1926), publicado como *Introdução ao estudo da história* (1957), de Bauer. A tarefa principal constitui-se no inventário do campo semântico do termo “prova” e dos seus equivalentes em inglês, francês e espanhol – vernáculos nos quais os manuais são vertidos⁶ –, seguindo alguns procedimentos da história dos conceitos, tal como anunciada por Reinhart Koselleck (2006, p. 107), ou seja, mediante o exame dos “processos de permanência, transformações e inovações” dos mesmos, neste caso, compreendidos sincronicamente⁷.

A empreitada, por fim, se justifica pela raridade da literatura que explora os manuais citados, quando comparada aos trabalhos de síntese sobre história da historiografia em escala transnacional (TORSTENDAHL, 2003, p. 310). No Brasil, as exceções ficam por conta das traduções, das trajetórias biobibliográficas, da exploração de um conceito (“*Bildung*”, “compreensão”, “ética” e “retórica”), da classificação em paradigmas históricos ou da descrição dos seus métodos, como o fizeram (evidentemente que abrangendo, no mesmo trabalho, todas as abordagens citadas) Allan Megil (1994), Arthur Assis (2010, 2014), Pedro Caldas (2006, 2013a, 2013b), Julio Benvoglio (2009) sobre Droysen, Arthur Assis (2010) e

⁴ “Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez [1994]” e “Lorenzo Valla e a doação de Constantino [1993]”, de Guinzburg, “O texto histórico como artefato literário [1974]” e “Enredo e verdade na escrita da história [1978]”, de Hayden White (1994; 2006), Ginzburg (2002).

⁵ Introdução aos estudos históricos (1898).

⁶ Apesar de dispor dos originais de Droysen, Bernheim e de Bauer em seus respectivos idiomas, a leitura foi conduzida a partir das versões publicadas em inglês e espanhol, porque trabalhamos com a recepção de tais obras em territórios estadunidense e espanhol.

⁷ Modificar o método. Não cabe a história dos conceitos. Cabe mais a análise de conteúdo de Bardin.



Knut Langewand (2009) sobre Bernheim, Antoine Prost (1994a, 1994b), Madaleine Ribérioux (1983, 1992), Pedro Nader (1994) e Helenice Rodrigues da Silva (2010) sobre Langlois e Seignobos.

Estudos comparados são ainda mais raros. Francisco Ricardo Rudger (1991) interessou-se pelos modelos de compreensão, classificando os manuais aqui citados entre os paradigmas “historicista” (Droysen) e “historicista-positivista” (Bernheim, Langlois e Seignobos e Bauer). Por outro lado, enquanto Horst Blanke, Dirk Fleischer e Jörn Rüsen (1984) examinaram a recepção da *Historik* na Alemanha, Rolf Torstendahl (2003) esteve preocupado com as apropriações neokantianas de Langlois e Seignobos e Bernheim, no que diz respeito ao problema da teoria do conhecimento histórico e à questão da objetividade. Por fim, as iniciativas de Arthur Assis (2009, 2014) também comparam Bernheim, Langlois e Seignobos e Droysen, mas em busca das semelhanças e diferenças em relação às operações processuais da pesquisa histórica. Além disso, reconhece o papel dos autores na universalização de um método e identifica os diferentes modos de apropriação dos seus textos para além da França e da Alemanha.

Todos esses autores contribuíram para a uma rarefeita história da história sob o ponto de vista do método, embora nenhum deles tenha explorado a questão da prova como núcleo de um debate instaurado entre os anos 60 e 90 do século passado.

A “Prova Aristotélica” no Centro da Questão (Século IV a. C)

A retórica de Aristóteles é a “capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 2005, p. 95). Persuadir, por seu turno, significa (semelhante ao que ocorre com a dialética), “demonstrar” a verdade mediante “provas”. E, essas podem ser inartísticas – “que não são produzidas por nós, antes já existem” – e artísticas – “todas as que se podem preparar pelo método e por nós próprios. De sorte que é necessário utilizar as primeiras, mas inventar as segundas” (ARISTÓTELES, 2005, p. 96).

Ocorre que a “arte” da retórica, consubstanciada em um discurso, destina-se a públicos diferentes: o membro de uma assembleia, o juiz ou o espectador. Esses variados públicos, por conseguinte, justificam a existência de três “gêneros de discursos retóricos: o deliberativo, o judicial e o epidíctico” (ARISTÓTELES, 2005, p. 104). E, é exatamente para o discurso judicial ou forense – onde o que está em jogo é o acontecido (o passado) – que as provas inartísticas ou não técnicas são buscadas. A discussão sobre as referidas – “leis”,



“testemunhos”, “contratos”, “confissões sob tortura e juramento” (ARISTÓTELES, 2005, p. 149-155) – ocupam modestos 3% do texto da Retórica⁸. A maior parte da obra é dedicada ao estudo das provas artísticas, ou seja, à invenção discursiva dos argumentos. O discurso, por sua vez, instrumento de persuasão para Aristóteles, seria estruturado por estratégias indutivas (exemplos) e/ou dedutivas (entimema/silogismo/raciocínio lógico) (ARISTÓTELES, 2005, p. 206).

Ao classificar as estratégias de persuasão, Aristóteles atribui valores diferentes aos “fatos passados” – também chamados de “fatos anteriores” e “fatos históricos”. “Eles são mais úteis nas deliberações públicas, porque, na maior parte dos casos, os acontecimentos futuros são semelhantes aos do passado”. Quanto às fábulas, elas “são apropriadas às arengas públicas [...]: sendo difícil encontrar fatos históricos semelhantes entre si, ao invés, encontrar fábulas é fácil. Tal como as parábolas, para imaginá-las, só é preciso que alguém seja capaz de ver as semelhanças” (ARISTÓTELES, 2005, p. 207-7).

O segundo modo de demonstrar a verdade, como anunciado, é a “dedução”. Na dialética, a dedução chama-se “silogismo” e na retórica tal capacidade recebe o nome de “entimema”. Ambos consistem em “demonstrar que, de certas premissas, pode resultar uma proposição nova e diferente só porque elas são sempre ou quase sempre verdadeiras” (ARISTÓTELES, 2005, p. 98). Nesse sentido, o orador tem que inventar um “discurso” que deixe “a impressão” de que “o orador” é “digno de fé”, que mobilize, “nos ouvintes”, determinadas “paixões”, e que apresentem “silogismos” (ARISTÓTELES, 2005, p. 96-97).

Aristóteles também classifica os entimemas e os diferencia quanto ao valor e emprego. Aqui, contudo, é bastante enfatizar que eles têm a função de convencer e são extraídos a partir de (e constituídos por) vários “tópicos” (“lugares-comuns”) discursivos, entre os quais destacamos: a “definição”, os “diferentes sentidos de uma palavra”, as “consequências”, “analogias”, as “razões” que aconselham ou desaconselham a fazer algo, o exame dos “pontos contraditórios”, de um “juízo sobre um caso idêntico”, e a “indução”.

Após a explicitação das categorias aristotélicas e também com base nelas, cabe agora as seguintes questões: em que medida se distanciam e/ou se aproximam as noções de prova inscritas na Retórica de Aristóteles e as noções de prova anunciadas nos manuais de metodologia histórica ditos “positivistas”? A noção (ou noções) de prova disseminada pelos

⁸ Contabilizados em número de páginas.



manuais de história produzidos no final do século XIX e início do XX pode(m) mesmo servir como elemento (para não dizer “prova”) de demonstração, simultaneamente, da cegueira epistemológica dos metódicos (que teriam optado pela prova “inartística”) e da fragilidade crítica dos pós-modernos (que teriam visto na escrita da história apenas a ação “inventiva” da qual resulta o “discurso”), como sugere Ginzburg? Enfim, qual o lugar da retórica – no sentido aristotélico – nos referidos manuais de história?

A Noção de “Prova” no Esquema da Teoria da História de Droysen (1897)

Os *Grundriss Der Historik* (1881) é manual de introdução à ciência da história produzido entre 1857 e 1858, a partir de notas tomadas pelo então professor da Universidade de Jena – Johann Gustav Droysen – e publicadas nos anos de 1867, 1875 e 1881. Como escrita didática, evidentemente, o manuscrito e, depois, o manual foi concebido como uma exposição sobre os princípios da tarefa do historiador. Entretanto, também anuncia uma teoria (geral) da história. E, nesse sentido, para Artur Assis (2010, p. 33), “a originalidade da teoria da história de Droysen decorre da sua inusitada síntese de filosofia da história, teoria do conhecimento, metodologia, e teoria da historiografia”, embora subordinando a metodologia à reflexão sobre o mundo moral, como afirmou Francisco Rudger (1991, p. 23). O manual de Droysen, por fim, concebe a ciência da história, essencialmente, como instrumento de compreensão investigativa (DROYSEN, 1897, p. 12).

As considerações acima e o escopo do Esquema da Teoria da História já demonstram o equívoco em conceber “método histórico” e manual de introdução à ciência da história como expressões sinônimas, já que o Esquema de Droysen abrange três doutrinas: 1) a importância da pergunta histórica e a necessidade da busca pelas fontes (*heuristik*), da crítica (*criticism*) e da interpretação (*interpretation*) dos restos/ruínas/vestígios, da memória e dos monumentos (*historical material*); 2) o sentido de continuidade da vida, as finalidades e o valor do “mundo moral”, a importância dos atos de vontade e o motor da história – “a liberdade” (DROYSEN, 1897, p. 15, 33 e 34); 3) as formas de exposição adequadas a comunicar: 3.1) o andamento de uma investigação; 3.2) uma sequência de eventos que configuram uma vida – de uma pessoa, por exemplo; 3.3) o conteúdo responsável pela orientação das pessoas comuns na vida prática – formação; 3.4) o preparo do estadista.

Onde buscaríamos então o sentido de prova que caracterizaria a manualística metódica? Segundo o consenso contemporâneo do historiador, certamente, na primeira



doutrina. Vejamos, então, o que expressa Droysen nessa parte do manual a respeito dos substantivos “*proof*” (DROYSEN, 1897, p. 22), “*testimony*” (DROYSEN, 1897, p. 25), “*demonstration*” (DROYSEN, 1897, p. 24), do adjetivo “*demonstrative*” (DROYSEN, 1897, p. 24) e do verbo “*prove*” (DROYSEN, 1897, p. 17, 22 e 29). “Prova” e “provar” são empregados no exame da relação entre o material (fontes) e a ideia que esse material produz na mente do historiador. Dentro dessa tarefa (a crítica de fontes), deve o historiador “provar” se essa ideia é realmente verdadeira e se a fonte é o que aparenta ser. “Prova”, por seu turno, é o atestado de autenticidade de que o tempo anunciado na fonte corresponde verdadeiramente ao tempo no qual a mesma foi produzida. Já o “testemunho” é usado com o sentido de informação buscada, e os termos “demonstração” e “demonstrativo” são concebidos como apresentação dos procedimentos e das correções ou incorreções.

Até aqui, a prova inartística – restos, memória escrita e memória oral, e monumentos (DROYSEN, 1897, p. 18) constitui-se, efetivamente, em elemento de persuasão. Mas, a que se quer persuadir com ela? A prova e o provar viabilizam a verdade histórica? Quanto a isso, Droysen (1897, p. 25-62) é taxativo e repetitivo; “a crítica de fontes não busca a exatidão do fato histórico. Ela coloca o material em condições tais que possamos adquirir uma visão correta e relativamente segura”⁹ sobre o que a fonte informa. A correspondência entre o que a fonte criticada sugere e o que realmente aconteceu depende da interpretação que vai, aqui, bem sintetizada na frase de Arthur Assis (2014, p. 71): “a verdade histórica equivale a uma verdade relativa [...] depende da própria perspectiva, do contexto, das crenças e opiniões do historiador”¹⁰.

Se avançarmos para o restante das doutrinas da obra, veremos como até o público interfere no modo de representação histórica. Assim, além de persuadir a si próprio, sobre a qualidade do material (fontes), o historiador deve empregar diferentes “métodos gráficos” (formas de exposição) para persuadir a diferentes públicos sobre o passado e os seus usos potenciais. Por fim, se voltarmos à primeira parte do método histórico (*heuristik*),

⁹ “The outcome of criticism is not *the exact historical fact*. It is the placing of the material in such a condition as renders possible a relatively safe and correct view” (grifos do autor - tradução nossa).

¹⁰ “[...] historical truth is equivalent to a relative truth. This means he sees the truth-value invested in historiography as dependent on the historian’s own perspective, context, beliefs and opinions” (tradução nossa).



perceberemos que a designação e a substância desse primeiro passo – iniciar a pesquisa mediante uma questão – estão plenas de retórica, senão de Aristóteles, de Cícero¹¹.

A “Prova” no Manual da Escola Metódica Francesa (1898)

Quando Langlois e Seignobos produziram a *Introduction aux études historiques*, o *Esquema* de Droysen já circulava, além de na Alemanha, nos EUA (1897) e na França (1888), respectivamente, em inglês e em francês. Os próprios autores já o conheciam, no vernáculo original, provavelmente, desde os anos de estágio que fizeram nos seminários germânicos. Eles, porém, o consideraram “pesado, pedante e confuso para além do que se pudesse imaginar¹²” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 21).

Quanto ao *Lehrbuch der historischen Methode* (1894), de Ernest Bernheim, tinham-no em melhor conta. Classificaram-no como um tratado (eles consultaram a primeira edição – 1894). Era, contudo, inacessível aos noviços franceses por causa da língua (alemã) e da forma. Além disso, tratava de metafísica – e não de questões “críticas ou práticas” –, anunciando doutrina pouco original. Enfim, não servia como texto de iniciação aos estudos históricos na Sorbonne, razão pela qual optaram por escrever um “esboço sintético”, apresentado em cursos nos anos 1897/1889 (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 24-25): tudo pela causa da autonomia da história, ou seja, contra a adoção da “filosofia [positivista] da história” como estatuto epistemológico do campo (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 17).

Não sabemos por que Langlois e Seignobos foram tão econômicos nos comentários ao *Esquema* de Droysen, mas são claras as semelhanças entre essa obra e a *Introduction*, no que diz respeito à singularidade da observação histórica (indireta)¹³. As semelhanças também se estendem à doutrina do método: 1) “Conhecimentos preliminares”; 2) “Operações analíticas”; 3) “Operações sintéticas¹⁴”. A terceira, finalmente, trata do agrupamento dos fatos estabelecidos, das possibilidades de generalização e da exposição.

¹¹ Para Cícero, a primeira parte do discurso – *inventio* – seria constituída por um conjunto de questões a serem dirigidas ao adversário por parte do orador. A crítica de fontes, coincidentemente, não faz mais que questionar a fonte sob os pontos de vista material e psicológico. Ver a respeito, inclusive as semelhanças e diferenças entre as retóricas de Cícero e de Aristóteles, Ilunga (2009). Para uma discussão ampliada das possibilidades de uso da retórica de Aristóteles, Cícero e Quintiliano, não somente no primeiro passo do método, mas também na última parte da *Historik* de Droysen, consultar Megill (1994, p. 56-58).

¹² [...] est lourd, pédantesque et confus u-delà de ce que l'on peut imaginer” (tradução nossa).

¹³ Exame, passo a passo, da correspondência entre o acontecido e o registrado na mente do depoente (no caso de Langlois e Seignobos), e entre o acontecido e o idealizado na mente do historiador (no caso de Droysen).

¹⁴ Para um detalhado comentário sobre estas últimas semelhanças, consultar Assis (2014).



Contudo, não só de semelhanças sobrevivem os dois manuais. Aí, nesses passos, ao contrário do *Esquema* de Droysen, o manual francês configura-se em sua plenitude. É, portanto, em toda a *Introduction* que buscamos os sentidos de “prouve”, “prouver”, “montrer”, “témoins” e “témoignage”.

O “mostrar” aparece como “identificar” fatos que entretêm ligações entre si (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 54). “Testemunha” e “testemunho” são empregados, respectivamente, para designar pessoa que vivencia ou está próxima ao acontecimento, a ponto de registrá-los (LANGLOIS E SEIGNOBOS, 1898, p. 29 e 90), mediante observação indireta (LANGLOIS E SEIGNOBOS, 1898, p. 40). Langlois e Seignobos (1898, p. 92) esclarecem, porém, que “uma verdade científica não se estabelece [apenas] pelo testemunho¹⁵”. Já o “provar” é mais frequente. Uso abundante, encontramos nos “conhecimentos preliminares” e nas “operações analíticas” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 39). Além disso, deve o historiador “provar que os documentos são derivados¹⁶” (LANGLOIS E SEIGNOBOS, 1898, p. 57), deixar “tudo o que não é provado” na condição de “provisoriamente duvidoso¹⁷”, enfim, provar que o observador não se deixou levar, no momento do registro do seu testemunho – da construção da fonte –, por habitual “impressão de verdade” ou pela “ênfase [intensidade] da sinceridade¹⁸” (LANGLOIS E SEIGNOBOS, 1898, p. 57, 91 e 93).

Mas o que “prova” o historiador? Ele prova que as coisas realmente aconteceram? Não. Aqui, a exemplo de Droysen, Langlois e Seignobos afirmam que “a crítica [histórica] não pode provar nenhum fato, ela apenas fornece probabilidades. Ela apenas conduz à decomposição dos documentos em afirmações, munida de um questionário sobre o provável valor dos mesmos: afirmação sem valor, afirmação suspeita (forte ou fracamente), afirmação provável ou muito provável, afirmação de valor desconhecido” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 111). O “fato”, nessa citação, é uma “afirmação” contida em uma “frase” expressa em determinado documento. E, uma frase pode conter várias afirmações, aceitáveis e rejeitáveis (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 120).

¹⁵ “Une vérité scientifique ne s'établit pas par témoignage” (Tradução nossa).

¹⁶ “en prouvant qu'ils sont dérivés” (Tradução nossa).

¹⁷ “Tout ce qui n'est pas prouvé doit rester provisoirement douteux” (Tradução nossa).

¹⁸ “l'accent de sincérité ou l'impression de vérité” (Tradução nossa).



A demonstração do historiador de que determinado personagem viveu dessa maneira, que determinado acontecimento assim ocorreu, que determinado povo manteve certo hábito ou evoluiu, depende de uma etapa posterior à crítica histórica: as “operações sintéticas”. Nesse momento, o historiador reúne e classifica as informações resultantes da crítica e, lançando mão das repetições e da analogia (entre atos, sentimentos e pensamentos do homem do presente e dos homens do passado), finalmente, escreve sobre os fatos singulares – a vida de um personagem ou um acontecimento significativo (ou sobre os fatos gerais – hábitos e evoluções de um povo (LANGLOIS E SEIGNOBOS, 1898, p. 149-152).

A Noção de Prova na *Introducción de Bernheim (1937)*

A *Introducción al estudio de la historia* de Bernheim (1905/1920/1926) reproduz o essencial do *Lehrbuch der historischen Methode* (1889) e foi escrita como propedêutica para alunos ou professores de história (TORSTENDAHL, 2003, p. 315) da Universidade de Greifswald (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 23), mas logo transformou-se em um “tratado”, como vimos no comentário dos historiadores franceses, inacessível aos noviços. Na versão que consultamos – *Einleitung in die Geschichtswissenschaft* (1926) –, traduzida para o espanhol em 1937, Bernheim não devolve a “gentileza” manifestada pelos franceses em relação ao *Lehrbuch*. Ao contrário, o manual de Langlois e Seignobos é várias vezes citado na *Einleitung* como repositório de adequadas técnicas para a pesquisa histórica. Mas, de que trata esse metamorfoseado manual?

A *Introducción* é estruturada em três partes: 1) “Natureza e objeto da ciência da história”; 2) “O objeto específico da ciência da história”; 3) e “Os meios de trabalho (metodologia) da história¹⁹”. Na primeira parte, Bernheim (1937, p. 47) historiciza os sentidos de história, as tentativas de especulação sobre o processo histórico e toma partido por uma história-ciência que se ocupa “de um conjunto de fatos conhecíveis em sua relação causal²⁰. Aqui, ele opta pela “filosofia da humanidade” de Herder, Humboldt, Lotze. A segunda parte do manual explicita o caráter de “ciência do espírito” – atribuído à história (BERNHEIM, 1937, p. 59) –, informa o proveito que os historiadores devem extrair das

¹⁹ “Naturaleza y objeto de la ciencia histórica”; “El objeto propio de la ciencia histórica”; “los medios de trabajo (Metodología) de la Historia” (tradução nossa).

²⁰ “La Historia es una ciencia [...] porque ha de ocuparse de un conjunto de hechos que há de conocer en su relación causal” (tradução nossa).



“ciências auxiliares”²¹”, bem como as possibilidades de organização/divisão da experiência histórica – cronológica e temática. A terceira e última parte é reservada à “metodologia” da história e divide-se em: “heurística” ou “conhecimento das fontes”²²”, “crítica”, “interpretação dos testemunhos das fontes”, “combinação e síntese” e “exposição”.

Conhecidas as motivações e o esboço da obra, resta-nos responder à questão central deste tópico: os sentidos de “prova” e “provar” na *Introducción* de Bernheim. Novamente, a fonte privilegiada é mesmo o método. Entretanto, pela descrição acima, é possível perceber que a exposição do “método” de Droysen difere da exposição do “método” de Langlois e Seignobos e a versão (1937) espanhola de Bernheim não corresponde aos formatos apresentados por seus colegas. Ele distribui as operações metodológicas entre as partes dois e três do manual. Contudo, as expressões “probar”, “comprobar” (BERNHEIM, 1937, p. 146), “comprobam” (BERNHEIM, 1937, p. 148), “probatiba” (BERNHEIM, 1937, p. 135) “comprobados” (BERNHEIM, 1937, p. 155), “testigos” (BERNHEIM, 1937, p. 137), e “testimonios” (BERNHEIM, 1937, p. 155) estão, principalmente, nos textos que tratam da crítica.

De modo indireto, “provar” aparece como apontar “contradições”, “determinar” autenticidade, época e lugar das fontes (BERNHEIM, 1937, p. 43), autor (BERNHEIM, 1937, p. 144), personalidade do autor (BERNHEIM, 1937, p. 145), e originalidade da fonte (BERNHEIM, 1937, p. 147). De modo explícito, “comprovar” é dar como certo o caráter primário ou secundário da fonte (BERNHEIM, 1937, p. 146), a coetaneidade entre o autor da fonte e o ato registrado (BERNHEIM, 1937, p. 148) e a credibilidade e a originalidade das declarações das testemunhas, comparando-as entre si (BERNHEIM, 1937, p. 155).

Quanto à “testemunha”, esta é o equivalente judicial para “fonte”. No cotidiano do historiador, a “testemunha” (fonte) gera um “testemunho” (declaração). Assim, segundo Bernheim (1937, p. 155), deve o historiador proceder do mesmo modo que o juiz, investigando a credibilidade da “testemunha” (declarante) e, somente depois disso, passando a

²¹ Linguística ou filologia, paleografia, diplomática, sigilografia e esfragística, numismática, genealogia e onomástica, ciência dos escudos ou heráldica, da contagem do tempo ou cronologia, e geografia.

²² Fontes: 1) “observação imediata ou recordação”; 2) “memórias” ou “tradição” (oral – contos, narrações, fábulas, lendas, frases célebres, adágios; escrita – inscrições, genealogias, anais, crônicas, biografias, memórias e periódicos; e gráficas – mapas e plantas); 3) “restos” (em sentido estrito – dos corpos, da língua, dos costumes, da produção científica, industrial e comercial; e em forma de monumentos e inscrições não narrativas – estátuas, marcas de fronteira e documentação arquivística; 4) “repertórios e coleções de fontes”.



ouvi-la (pondo também em juízo as suas declarações). Essa passagem do manual sugere uma hierarquia entre as fontes, interferindo no sentido de prova. Um “resto” vale menos que uma declaração (oral ou escrita), mas essa mesma declaração só pode ser dada como correta, isto é, comprovada, quando os restos comprovam parte das informações do declarante.

Aqui, a sutileza da(s) noção(es) de “fato”, apresentada no manual de Langlois e Seignobos, desaparece. Em Bernheim (1937, p. 155), um historiador pode mesmo “determinar a realidade, valendo-se para isso dos testemunhos das fontes”, ainda que nem sempre, alerta o alemão, seja possível “chegar à segurança plena²³” (TORSTENDAHL, 2003, p. 331). Nesse caso, também diferentemente de Langlois e Seignobos, a “verossimilhança” e a “probabilidade” já são aceitas na fase da crítica. E. Bernheim vai além. É possível, inclusive, provar sem “restos” (*argumentum ex silentio*), ou seja, empregar a declaração de uma única “testemunha” como prova, porque a ausência de indícios sobre determinado acontecido pode revelar omissão deliberada (interesse), “descuido ou “desconhecimento” (BERNHEIM, 1937, p. 156).

O uso da “prova”, contudo, não está limitado à etapa da crítica. Na “combinação e síntese”, ou seja, na construção final do instrumento de persuasão do leitor, o ato de provar é empregado na certificação de que as “analogias empregadas são as pertinentes”, a “combinação idealizada corresponde, em realidade, ao conjunto que os fatos nos oferecem”, e que essas analogias e combinações são compatíveis com as “conclusões deduzidas”. Quando, por exemplo, “os dados não são suficientemente conexos para oferecer uma solução única”, o historiador poderá chegar, no máximo, a um grau de “verossimilhança” (BERNHEIM, 1937, p. 168). As ponderações de Bernheim são claras nessa sentença; ainda que a “combinação” dos fatos dependa da “fantasia”, o historiador deve mantê-la “estritamente [...] dentro dos dados recolhidos²⁴” (BERNHEIM, 1937, p. 169).

Prova e Provar em um Manual Temporão: A *Introducción* de Bauer

Einführung in das Studium der Geschichte, traduzida como *Introducción al estudio de la historia* (1957), foi também resultado de preleções ministradas por Wilhelm Bauer, para os seus alunos de história da Universidade de Viena, entre, aproximadamente, 1914 e 1920.

²³ “[...] determinar la realidad, valiéndose para ello de los testimonios de las fuentes”. “No siempre nos será posible llegar a una plena seguridad” (tradução nossa).

²⁴ Aunque necesaria la fantasía para la representación de todos los hechos, há de cuidarse, sin embargo, de mantenerla estrictamente, como en la misma combinación, dentro de los datos recogidos” (tradução nossa).



Para o belga Louis Halphen, também produtor de manual do gênero, e que consultou a primeira edição da *Introducción*, era livro pouco original, rico em bibliografia, mas escrito em árido estilo, excessivamente subdividido e sufocante por causa do excesso de referências bibliográficas em cada seção (HALPHEN, 1946, p. 54).

O autor acompanhou duas publicações em vida: de 1921 e de 1926. Esta segunda edição foi ampliada com um parágrafo sobre ensino de história e conservou as extensas considerações gerais sobre a ciência, ou seja, as orientações para a sobrevivência do aluno em um curso de história na universidade, os sentidos de “história” e as relações do campo com outras ciências, a natureza do “suceder histórico”, os “fundamentos psíquicos da investigação histórica”, formas de periodização, de organização da experiência humana, de exposição dos resultados da pesquisa, os “meios estilísticos de expressão” e as indicações bibliográficas sobre fontes, instituições que custodiam fontes, e processos de investigação.

Evidentemente, a *Introducción* trata de operações processuais da pesquisa. No livro, estão presentes a “heurística (conhecimento geral das fontes)”, o “Prévio exame crítico das fontes (crítica externa)”, as “fontes históricas mais importantes” e “A determinação do fato histórico (crítica interna)”. Contudo, são apenas quatro capítulos em doze, representando aproximadamente 40% do total de páginas. Essa proporcionalidade o aproxima do livro de Bernheim, sobre o qual escreveu: “em introduções ao estudo da história não falta nada. A principal obra alemã é a de Ernest Bernheim [1908]²⁵” (BAUER, 1957, p. 25). Especificamente sobre “o método histórico”, o manual de Bernheim “é um bom resumo” e o de Langlois e Seignobos [1905] é “uma excelente instrução para a crítica histórica”, marcada pela “clareza” – diferentemente do manual de Droysen [1882], caracteristicamente “aforístico” (BAUER, 1957, p. 25-26 e 272).

No que diz respeito às finalidades da história, Bauer (1957, p. 18) distancia-se dos três. Ele afirma que a história tem fim em si mesma – “explorar a verdade e somente a verdade” –, apesar de servir bastante à vida prática. Aliás, a inversão é completa. Somente pode ser historiador aquele que experimentar intensamente o presente, isso porque “os homens, em todas as esferas da criação, se comportam, sob análogas circunstâncias, de um

²⁵ “Em introducciones al estudio de la Historia no falta nada. La principal obra alemana es la de Ernest Bernheim, *Lehrbuch d. histor. Methode u. der Geschichtsphilosophie*, 1908” (tradução nossa).



modo semelhante”, daí ser o presente um grande servidor do conhecimento do passado e não o contrário (BAUER, 1957, p. 118-119).

A busca da “verdade”, a exemplo do que significa para os seus colegas, é considerada uma tarefa de observação indireta. Para tanto serve a fonte – ou “tudo aquilo que nos proporciona o material para a reconstrução da vida histórica” (BAUER, 1957, p. 218). Nesse aspecto, ele segue a classificação de Droysen, ampliada por Bernheim, que já incluía material “artístico” e “inartístico” (para lembrar Aristóteles)²⁶. A fonte deve ser submetida à crítica, “que tem o objetivo preliminar de “assegurar” se ela – seu autor, tempo ou o lugar de produção (BAUER, 1957, p. 272) – “é realmente o que parece ser, isto é, que é autêntica²⁷” (BAUER, 1957, p. 290). Assim, Bauer aconselha que as características externas devam “comprobar-se” no material (BAUER, 1957, p. 274). Também ensina que sejam determinados como verdadeiro o nome de um autor – “comprobación histórico-personal²⁸” (BAUER, 1957, p. 279), que haja “comprobación”, quando for o caso, de que se trata de uma falsificação (BAUER, 1957, p. 293).

As alusões aos procedimentos jurídicos são frequentes – “fuerza jurídica probatória²⁹” (idem, p. 409) –, o que significa afirmar, em síntese, que o primeiro sentido de “provar” está relacionado à restituição do material ao seu estado original, de modo que possa ser empregado pelos historiadores como fonte de informação genuína (BAUER, 1957, p. 387) – veiculadora de informações verdadeiras (BAUER, 1957, p. 420).

Na segunda parte da crítica – “crítica interna” – o “probar” cede lugar ao “determinar” ou “estabelecer” “o fato”. Isso se faz comparando materiais que portam informações “verdadeiras” (BAUER, 1957, p. 189) ou, como transcrevemos acima, comprovadas, examinando-se a coincidência das mesmas (em diferentes fontes).

Contudo, comprovar autenticidade das fontes e verificar a coincidência das informações que veiculam não encerra o trabalho do historiador. Para escrever um relato, ele

²⁶ Podem ser divididas em: 1) fontes em sentido amplo – exteriorização de diferentes realidades (geográficas, corporais, da vida prática, de ordem volitiva e das faculdades intelectuais; 2) fontes em sentido estrito – transmitidas oralmente (lendas, provérbios, canções...), por escrito (calendários, textos jurídicos, autobiografias...) ou por meio de representação plástica (mapas, retratos, armas, filmes...) (BAUER, 1857, p. 221-222).

²⁷ “[...] es realmente lo que parece ser, esto es, que es auténticas (fuentes auténticas: *fontes genuini, authenticici*)”. (Tradução nossa).

²⁸ “[...] comprobación histórico-personal” (tradução nossa).

²⁹ “[...] fuerza jurídica probatória” (tradução nossa).



enfrentará lacunas deixadas, evidentemente, pelas fontes falsificadas ou mesmo pela ausência total de fontes (ainda que, como Bernheim, admita o *argumentum ex silentio*). Nesse momento – o da construção e síntese –, segundo Bauer (1957, p. 494), o profissional pode e deve ir, “às vezes”, “além do que manifestadamente expressam as fontes³⁰”. É certo que, nesse nível do trabalho, os fatos já estão “comprovados”. Mas não há como evitar o emprego de um “andaime auxiliar”, que são as chamadas “hipóteses”.

Se fosse encerrado neste ponto, poderíamos classificar o manual austríaco como muito próximo ao dos metódicos franceses. Ocorre que, diferentemente de Langlois e Seignobos – e do seu abonado Bernheim –, Bauer (1957, p. 496-515) reserva algumas páginas para “Os meios estilísticos de expressão da ciência da história³¹”. Aí, nessa etapa do método, o edifício que se esforça para depurar fontes da grande carga de subjetividade, característica da maioria dos testemunhos, fica bastante ameaçado. E, é ameaçado não somente por ele afirmar que “a exposição histórica obedece às mesmas leis da prosa narrativa ou descritiva³²”, a exemplo da “analogia” da estratégia de manter “expectativa do leitor”, da adjetivação que expressa a “paixão”, “entusiasmo”, “desengano”, “lamentações dos homens que atuam e que sofrem³³” (BAUER, 1957, p. 510). Ele põe em risco o edifício (diriam seus contemporâneos metódicos) quando admite que “a presença da pessoa do historiador, como homem que sente e que julga [...] nunca poderá ser sorteada por completo”,³⁴ e encerra: “quem não se arrisca, por medo ou por preconceitos científicos, a proclamar a verdade tal como ele a vê, não serve para historiador³⁵” (BAUER, 1957, p. 515).

Sob esse aspecto, por fim, Bauer diferencia-se de Droysen, que negou, inicialmente, os princípios retóricos da “analogia do épico, lírico e do dramático” como orientadores da etapa da “representação histórica” (DROYSEN, 1897, p. 50) e de Wilhelm Von Humboldt, que em várias passagens afirmou ser necessário “intuir” o que não fora alcançado “pela pesquisa” e que o historiador deveria “aplicar o processo criativo do artista [a imitação da

³⁰ [...] más allá de lo que expressamente manifiesten las fuentes” (tradução nossa).

³¹ “Los medios estilísticos de expresión de la ciencia histórica” (tradução nossa).

³² La exposición histórica obedece a las mismas leyes que la prosa narrativa o descriptiva” (tradução nossa).

³³ “[...] deve de saber prestar las palabras adecuadas a la pasión, al entusiasmo, al desengaño y a las lamentaciones de los hombres que actúan y que sufren” (tradução nossa).

³⁴ “la presencia de la persona del historiador como hombre que siente y que juzga [...] no podrá nunca sorteada por completo” (tradução nossa).

³⁵ “quien no se arriesga, por temor o por prejuicios científicos a proclamar la verdad tal como él la ve, no sirve para historiador” (tradução nossa).



natureza]” (HUMBOLDT, 2010, p. 84 e 87). Contudo, a última sentença, no último parágrafo de “A tarefa do historiador”, de Humboldt (2010, p. 100), pondera essa espécie de “licença poética” e pode ser resumida no contemporâneo termo autocontrole: “o historiador [...] precisa, acima de tudo, se precaver em não atribuir à realidade suas próprias ideias, ou ainda, em não sacrificar ao longo da pesquisa a riqueza viva das individualidades em prol do contexto totalizante”.

Em síntese, mediante tais posições, podemos admitir que Bauer, sob o ponto de vista das regras de exposição/representação, está além de Droysen e muito mais além do inspirador de Droysen – Wilhelm Von Humboldt – com quem é possível ter-se iniciado o casamento entre as operações hermenêuticas e analíticas que nós ainda conservamos no início do século XXI.

Conclusões

Nesse texto, tentamos persuadi-los de que as assertivas de Ginzburg sobre a prova como “traço característico” da historiografia metódica, bem como o caráter probatório da retórica aristotélica são comunicados de forma, respectivamente, aligeirada e imprecisa. Tal atitude pode induzir a equívocos de compreensão, sobretudo para os iniciantes no campo histórico.

Quadro 1 – Distribuição da Matéria nos Manuais de História (1897-1926)

Droysen (1897)	Langlois e Seignobos (1889)	Bernheim (1926)	Bauer (1926)
Metódica	Heurística	Natureza e Objeto	Orientações Gerais
Heurística	Análise	Objeto	Fundamentos Teóricos
Crítica	Crítica Externa	[Ciências Auxiliares]	O Sucedido Histórico
Interpretação	Crítica Interna	Método	Fundamentos Psíquicos da Investigação
Sistemática	Síntese	Heurística	Divisão da Matéria
Matéria	Agrupamento dos Fatos	Crítica	Divisão da Ciência
Forma	Raciocínio Construtivo	Interpretação	Segundo d Exposição
Trabalhadores	Fórmulas Gerais	Combinação e Síntese	Heurística
Fins	Exposição	Exposição	Crítica das Fontes
Representação			Fontes Históricas
Investigativa			Determinação do Fato (Crítica Interna)
Normativa			Meios Estilísticos de Expressão
Didática			
Discursiva			

Fonte: Elaboração do Autor (2017)

Legenda:	Metodologia	Filosofia da História	Retórica
----------	-------------	-----------------------	----------

Assim, reduzindo o foco de observação sobre a noção de prova e partindo dos sentidos estabelecidos na citada obra de Aristóteles, esperamos ter demonstrado que os



manuais de introdução à história apresentam diversos sentidos e usos para a prova e o provar, do mesmo modo como reservam diferentes espaços, atribuições e valores às chamadas provas inartísticas (Quadro 1). Além disso, no conjunto da análise não constatamos distinção unívoca do lugar das provas artísticas e inartísticas nos planos gerais das obras, onde “metodologia da história”, filosofia da história e “retórica” (no sentido de exposição) ocupam lugares e dimensões bastante singulares em cada um dos manuais.

Outra conclusão – que significou para nós um importante aprendizado – foi a constatação de que as expressões “manual”, “método”, “método crítico” e “crítica histórica” não são equivalentes para essa literatura de caráter propedêutico, produzida na passagem do século XIX para o século XX. Somente a título de exemplo, é importante constatar que método histórico ou instrumento privilegiado de legitimidade científica da história pode significar apenas operações processuais da pesquisa (heurística, crítica e interpretação) ou essas mesmas operações submetidas aos ditames de filosofias especulativas da história e/ou de estratégias de persuasão fundadas na construção da frase (da síntese ou da exposição).

Considerados plausíveis os comentários sobre os manuais e as conclusões acima, pensamos que o leitor de Ginzburg, notadamente o dos textos referidos na introdução deste trabalho, pode levar em conta, ao menos, dois caminhos conhecidos. Pelo primeiro, pode esquecer a imprecisão do uso que o historiador italiano faz da retórica aristotélica e, entendendo provas como artísticas ou inartísticas, concluir que os mais notáveis manuais dos séculos XIX e XX nunca se afastaram de Aristóteles. De fato, os metódicos (da Alemanha, França e Áustria) compreenderam a demonstração mediante indícios como fundamental à construção de representações sobre o passado.

Pelo segundo caminho, pode aceitar (com Aristóteles) que as provas inartísticas eram de uso específico do orador forense, que lidava predominantemente com argumentos substanciados no passado, e concluir que os manuais (também) nunca se afastaram de Aristóteles, pois centraram sua atenção nas ações pretéritas e nos indícios produzidos independentemente da vontade do orador (inventor do discurso, historiador), ou seja, vestígios, registros, tradições e toda espécie de índice classificatório do que chamamos hoje de fontes históricas.

Contudo, em quaisquer das opções, o leitor não terá condições de aceitar como sustentável a assertiva de Ginzburg de que a “*viragem lingüística* da qual, com frequência, se



falou, deveria ser definida, com mais exatidão, como *viragem retórica*” (Ginzburg, 2002, p. 68. Grifos do autor). A falta de precisão do italiano pode reforçar dois tipos de exagero. O primeiro, conservado pela grande maioria dos historiadores, consiste em considerar todos os manuais de introdução à história como apologistas da fonte inartística. O segundo, de acreditar que os narrativistas pós-modernos (no caso, Hayden White, exemplo destacado por Ginzburg) afirmaram que todo o discurso do historiador em favor da verdade está estruturado em estratégias retóricas “artísticas”.

O exagero, bem sabemos, é abominável quando se quer instituir ou manter, logicamente, um campo científico (ainda que represente estratégia política eficiente e que a instituição/manutenção de um campo seja um ato de vontade). Contudo, entendemos que o exagero aqui constatado resulta do nosso desconhecimento, por exemplo, do *quando* e do *como* se formou a nobre tríade (heurística, análise e síntese) – incorporando procedimentos clássicos, talvez, do antiquariado, das regras anti-erro de Descartes e de Bacon –, e do *quando*, *como* e do *quanto* os historiadores se afastaram da filosofia especulativa da história e das regras de retórica antiga ou moderna. Em resumo, se a história praticada nos séculos XX e XXI tem “um método” (e, conseqüentemente, se ela é legitimada socialmente como um conhecimento “científico”), a trajetória da metamorfose do sentido desse “método” ainda está por ser contada.

Referências

- ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa/Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.
- ASSIS, Arthur. Johann Gustav Droysen (1808-1884). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.
- ASSIS, Arthur. Las metodologías del siglo XIX tardío y la transnacionalización de los estudios históricos. In: **Anais...XXXII Simposio Internacional de Historia y Antropología de Sonora: la enseñanza de la Historia y las Ciencias Sociales**, 2009.
- ASSIS, Arthur. **What is history for?** Johann Gustav Droysen and the functions of historiography. New York: Berghahn Books, 2014.
- ASSIS, Arthur. Ernest Bernheim (1850-1942). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.
- BAUER, Guillermo Wilhelm. **Einführung in das Studium der Geschichte**. Tübingen: Verlag Von J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1921.



- BAUER, Guillermo Wilhelm. **Introducción al estudio de la historia**. Barcelona: Bosch, 1957.
- BENTIVOGLIO, Julio. Apresentação. In: DROYSEN, J. G. **Manual de teoria da história**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BENTIVOGLIO, Marcos Antônio Lopes (Org.). **A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BERNHEIM, Ernest. **Introducción al estudio de la historia**. Barcelona: Labor, 1937.
- BERNHEIM, Ernest. **Lehrbuch der historischen methode**. Leipzig: Verlag Von Dunker & Humboldt, 1889.
- BLANKE, Horst; FLEISCHER, Dirk; RÜSEN, Jönr. Theory of history in historical lectures: the german tradition of Historik, 1750-1900. **History and Theory**, v. 23, n. 3, 1984.
- CALDAS, Pedro. Johann Gustav Droysen (2808-1884): história e compreensão. In: PARADA, Maurício (org.). **Os historiadores clássicos da história: de Tocqueville a Thompson**. Rio de Janeiro: Editora da PUC-RIO, 2013b.
- CALDAS, Pedro. Johann Gustav Droysen (1808-1884). In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história: de Tocqueville a Thompson**. Rio de Janeiro: PUC-RJ; Vozes, 2013a.
- CALDAS, Pedro. O limite do historicismo: Johann Gustav Droysen e a importância do conceito de Bildung na consciência histórica alemã do século XIX. **Revista Filosófica de Coimbra**, n. 29, 2006.
- DROYSEN, Johann Gustav. **Grundriss der Historik**. Leipzig: Verlag Von Veit, 1882.
- DROYSEN, Johann Gustav. **Outline of the principles of history (Grundriss der historik)**. Boston: Ginn, 1897.
- DROYSEN, Johann Gustav. Prefácio. In: LANGLOIS, Charles Victor e SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux études historiques (1898)**. Paris: Kimé, 1992.
- GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HALPHEN, Louís. Les études de méthodologie historique. In: HALPHEN, Louís. **Introduction a l'histoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1946. p. 53-57.
- HUMBOLDT, Wilhelm Von. Sobre a tarefa do historiador (1821). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.
- ILUNGA, Kabengele. **Da Invenção, de Marco Túlio Cícero: tradução e estudo**. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-RIO, 2006.



LANGEWAND, Knut. **Historik im Historismus**: Geschichtsphilosophie und historische method bei Ernest Bernheim. New York: Lang, 2009.

LANGLOIS, Charles-Victor. Introduction aux études historiques. Paris: Kimé, 1992. (Versão facsimilar da primeira edição – 1898).

MEGIL, Allan. Jorn Rusen's theory of historiography between modernism and rhetoric of inquiry. **History and Theory**, v. 33, n. 1, fev. 1994.

NADER, Pedro Eduardo Portilho de. **Os fatos que contam**: saberes e historiadores de uma história à outra. 1994. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PROST, Antoine. Seignobos revisité. **Vingtième siècle Revue d'Histoire**, Paris, n. 43, jul./set., 1994.

RIBÉRIOUX, Madeleine. Le débat de 1903: historiens et sociologues. In: CARBONELL, Charles-Olivier e LIVET, Georges (Dir.). **Au berceau des Annales**: le milieu strasbourgeois – l'histoire em France au début du XX^e siècle. Toulouse: Presses de l'IEP, 1983.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. O paradigma historicista. In: RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Paradigmas do estudo da história**: os modelos de compreensão da ciência histórica no pensamento contemporâneo. Porto Alegre: IEL/IGEL, 1991.

SAMMER, Renata. **A ética historista de Johann Gustav Droysen**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Helenice Rodrigues. Charles Seignobos. In; MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio/Vargas/Porto Alegre: Editora da PUC/RS, 2010.

TORSTENDAHL, Rolf. Fact, truth, and text: the quest for a firm basis for historical knowledge araund 1900. **History and Theory**, n. 42, oct. 2003.

WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita**. São Paulo: Contexto, 2006.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da USP, 1994.